

**Declaração da ULAC no Dia dos Direitos Humanos 2024:
Pelos Direitos Fundamentais das Pessoas Cegas e com
Baixa Visão na América Latina
Reconhecendo nossos direitos, construindo nosso futuro**

**"Por uma Região Inclusiva que Garanta a Dignidade e os Direitos de Todas as
Pessoas".**

No marco do Dia dos Direitos Humanos, a União Latino-americana de Cegos reconhece que as pessoas cegas e com baixa visão na América Latina ainda enfrentam barreiras persistentes que limitam o pleno exercício de seus direitos fundamentais. Essas barreiras impactam profundamente suas capacidades de participar plenamente na sociedade, acessar informações, receber uma educação de qualidade e desfrutar de oportunidades de trabalho em igualdade de condições.

Na América Latina, as pessoas cegas e com baixa visão continuam enfrentando obstáculos que limitam suas possibilidades de viver uma vida digna e contribuir plenamente para suas comunidades. Exigimos o reconhecimento de suas habilidades, capacidades e potenciais contribuições como um direito inerente e o compromisso dos Estados para garantir-lhes igualdade de condições que permita seu desenvolvimento integral.

Reabilitação e habilitação oportunas para um projeto de vida em igualdade.

Com o aumento da expectativa de vida na região, o percentual de pessoas cegas e com baixa visão está crescendo, tornando indispensável a garantia de serviços de reabilitação visual e funcional. Exigimos que os Estados assegurem programas acessíveis, integrais e oportunos de reabilitação e habilitação que permitam a essas pessoas continuar desenvolvendo seus projetos de vida. Essas iniciativas devem ser desenhadas para atender tanto pessoas que nascem com deficiência visual quanto aquelas que a adquirem em diferentes estágios da vida.

Estimulação precoce e desenvolvimento infantil inclusivo.

É fundamental garantir a estimulação precoce de crianças cegas ou com baixa visão, proporcionando-lhes produtos de apoio, como brinquedos adaptados, que promovam seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social em igualdade de condições com outras

crianças. Os Estados devem implementar políticas públicas que assegurem o acesso a esses recursos, bem como programas educativos e terapêuticos específicos que possibilitem um desenvolvimento pleno desde os primeiros anos de vida.

Alfabetização pelo sistema Braille.

O direito à alfabetização é inegociável. Exigimos que se garanta o acesso ao aprendizado do sistema Braille como ferramenta fundamental para combater o analfabetismo funcional entre as pessoas cegas e com baixa visão. Aprender Braille não apenas facilita o acesso ao conhecimento e à educação, mas também empodera as pessoas para viver com autonomia e exercer plenamente seus direitos como cidadãos.

Educação inclusiva e de qualidade.

É inaceitável que muitas pessoas com deficiência visual ainda não tenham acesso a uma educação de qualidade. Instamos os governos a garantir a disponibilidade de materiais educativos em formatos acessíveis e a fornecer tecnologias assistivas essenciais para o aprendizado. A educação inclusiva não é apenas um direito, mas uma ferramenta transformadora para construir sociedades equitativas.

Trabalho decente.

A inclusão laboral continua sendo uma área com grandes dívidas pendentes. As pessoas cegas e com baixa visão devem ter acesso a empregos dignos, com as adaptações necessárias e o reconhecimento de suas habilidades. Os Estados e empregadores têm a responsabilidade de eliminar práticas discriminatórias e promover ambientes de trabalho inclusivos.

Direito a uma vida livre de violência e acesso à justiça.

Reconhecemos o direito das mulheres e das pessoas LGBTQ+ com deficiência visual a viverem uma vida livre de violência, em igualdade de condições com os demais. É indispensável que os Estados implementem políticas efetivas de prevenção, proteção e atendimento integral, assegurando o acesso a serviços de justiça acessíveis e sensíveis às necessidades específicas desse grupo. Isso inclui a formação de operadores de justiça e forças policiais, a eliminação de barreiras nos sistemas de denúncia e o desenho de programas que promovam a autonomia e o empoderamento das pessoas cegas e com baixa visão, garantindo que vivam com dignidade, respeito e segurança.

Participação na gestão de riscos e ações contra as mudanças climáticas.

As pessoas cegas e com baixa visão têm direito a participar de maneira efetiva e significativa em todos os processos relacionados à gestão de riscos e às ações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas em suas comunidades. É fundamental garantir o acesso a informações acessíveis em igualdade de condições, utilizando formatos como braille, macrotipo, áudio e plataformas digitais acessíveis, para que possam compreender e contribuir para as estratégias e decisões adotadas. Sua inclusão ativa nesses processos não é apenas um direito, mas uma oportunidade para enriquecer as soluções com perspectivas diversas e promover comunidades mais resilientes e sustentáveis.

Participação nos processos eleitorais.

As pessoas cegas e com baixa visão têm direito a participar plenamente dos processos democráticos de seus países. Exigimos que os Estados garantam o acesso às informações eleitorais em igualdade de condições, assegurando que os portais web das instituições eleitorais e os planos de governo dos candidatos sejam acessíveis para pessoas com deficiência visual. Além disso, é indispensável que nos centros de votação sejam disponibilizadas gabaritos em Braille que permitam exercer o voto de forma autônoma, preservando a confidencialidade da decisão. Também deve ser respeitado seu direito de decidir se desejam ser assistidas por uma pessoa de sua confiança no momento da votação, assegurando assim sua participação plena e efetiva na vida política e pública.

Chamado à ação.

Reconhecemos o potencial e as contribuições únicas que as pessoas cegas e com baixa visão podem oferecer às nossas sociedades se lhes forem dadas as oportunidades adequadas. É urgente que os Estados tomem medidas decisivas para garantir o acesso à reabilitação, educação, emprego e tecnologias de apoio necessárias, assegurando que ninguém seja deixado para trás em nossa região.

**Um futuro mais inclusivo e digno é possível.
Nossos direitos, nosso futuro. Já!**